

**ÉCLITON DOS SANTOS PIMENTEL**

**O CONCEITO DE ESPORTE NO INTERIOR DA  
LEGISLAÇÃO ESPORTIVA BRASILEIRA: DE 1941 ATÉ 1998**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Educação Física do  
Departamento de Educação Física da  
Universidade Federal do Paraná - UFPR, como  
requisito para a obtenção do Título de Mestre  
em Educação Física.

Orientador Prof. Dr. Fernando Marinho  
Mezzadri

CURITIBA  
2007

## COMISSÃO JULGADORA

---

Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri  
(Orientador)  
Universidade Federal do Paraná

---

Professor Dr. Wanderley Marchi Júnior (titular)  
Universidade Federal do Paraná

---

Professora Dra. Jeane Barcelos Soriano (titular)  
Universidade Estadual de Londrina

---

Professor Dr. Fernando Renato Cavichioli (suplente)  
Universidade Federal do Paraná

---

Professor Dr. Luiz Carlos Ribeiro (suplente)  
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, \_\_\_\_\_ de maio de 2007.

Dedico este trabalho a meu avô Alcides Augusto dos Santos (*in memoriam*), pois através de seu exemplo e sua história de vida e das longas conversas que tínhamos no terraço e na biblioteca de sua casa em Recife, despertou em mim a paixão pela leitura, pela escrita, pela História, pelo estudo, enfim, pela área acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, Écliton e Nerise, sem os quais não poderia ter dedicado anos a duas graduações, especializações, cursos, contratos temporários mal remunerados e, principalmente, ao curso de Mestrado.

Ao Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri. Amigo, professor, sustentáculo, pessoa indispensável para eu ter conseguido chegar até aqui. Sua compreensão, orientação, seus conselhos, projetos, idéias, aulas, me forneceram a certeza de que é e sempre será um exemplo a ser seguido. Quando eu crescer quero ser como ele.

A Joamara, cujo apoio me ajudou a enfrentar momentos difíceis e conquistar pequenas vitórias e alegrias antes e durante o Mestrado. Te amo e quero continuar compartilhando tristezas e vitórias pelos restos de nossos dias.

A Jacqueline Ribas, colega do curso que me ajudou no fornecimento de material, xerox, empréstimo de livros e na documentação “burocrática” referente à validação de disciplinas e prática em docência, requisitos necessários à finalização do Mestrado.

A Úrsula e Carlos Henrique, que gentilmente forneceram abrigo, companhia e amizade nos primeiros seis meses e eventualmente nos demais meses do Mestrado. Jamais esquecerei os momentos preciosos e agradáveis com vocês e também com o Thor.

À Dra. Jeane Barcelos Soriano, docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que me apoiou em todo o trajeto – e aos Doutores Fernando Renato Cavichioli e Wanderley Marchi Júnior, da UFPR. Suas aulas marcantes e significativas despertaram e desenvolveram em mim maior interesse pela teoria de Norbert Elias.

Aos colegas do curso de Mestrado da UFPR meus sinceros agradecimentos. Sempre que possível me estenderam a mão. Jamais posso corresponder adequadamente a tudo que fizeram por mim: Euza Cagnato, Marcos Ruiz, Camile da Silva, Thiago Pimenta e Tony Honorato (na ocasião professor na UFPR).

PIMENTEL, Écliton dos Santos. MEZZADRI, Fernando Marinho [orient.]. **O conceito de esporte no interior da legislação esportiva brasileira: de 1941 até 1998**. Curitiba, 2007, 214 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

## RESUMO

Nas últimas décadas a característica de espetáculo do Esporte tornou-se novo paradigma através do marketing e patrocínio e de maior presença da mídia, atraindo o interesse do Estado e de indivíduos inseridos na sociedade, aumentando a divergência de interesses na disputa pela gestão da estrutura esportiva no país. Apesar de sua existência anterior, quando já estava inserido nas práticas dos clubes esportivos, na década de 40 o Estado, através do Decreto-Lei nº 3199 de 1941, passa a interferir diretamente em muitas manifestações esportivas, centralizando o sistema esportivo e tentando implementar na sociedade alguns valores adotados pelo Estado Novo. Daquele período em diante as relações entre a sociedade e o Estado sofreram mudanças e tornaram-se mais complexas, percebendo-se a inter-relação entre Estado e sociedade, sendo o Esporte elemento importante, pois através de suas características e mudanças é possível entender as características e mudanças da sociedade e de suas relações com o Estado. A legislação esportiva, nesse contexto, pode ser utilizada como instrumento de leitura da relação entre Estado e sociedade através do Esporte. A mercantilização e espetacularização do Esporte sempre estiveram presentes, notadamente na legislação, ou seu conceito sofreu modificações no interior da sociedade, na ótica do Estado e, por conseqüência, na legislação esportiva no decurso dos períodos históricos? Por isso, o estudo realiza uma análise da concepção de Esporte desde o Decreto-lei nº 3199 de 1941; passando pela Lei nº 6251 de 1975 e Decreto nº 80228 de 1977; pela Constituição de 1988; pela Lei nº 8672 de 1993 (Lei Zico); para, por fim, chegar à Lei nº 9615 de 1998 (Lei Pelé). Apesar de o Esporte já estar inserido no contexto social e na prática dos clubes esportivos antes da década de 40, bem como de existirem leis esportivas posteriores à Lei Pelé (1998), como o Estatuto do Esporte (2001) e o Estatuto do Torcedor (2003), o enfoque recai sobre o período de 1941 até 1998. Para tanto, o estudo realiza breves considerações sobre algumas características econômicas e políticas de cada período para, então, relacionar a legislação esportiva com aquele contexto, abstraindo, da legislação, algumas concepções e valores associados ao Esporte. O estudo também observa se o Estado, através da legislação esportiva de alguns períodos, preocupa-se com o Esporte como fator de promoção social, fator de desenvolvimento educacional ou fator de rendimento. O procedimento metodológico utilizado foi a análise documental, ou seja, análise do conceito de Esporte nas leis esportivas. Concluiu-se que a mudança na estrutura esportiva do país em direção à maior participação dos indivíduos demanda uma série de fatores como a participação mais ativa no processo de elaboração das leis esportivas, aproximando os interesses individuais das necessidades do poder público e setores da sociedade civil, contemplando-se também, na legislação, de forma mais eqüitativa com o Esporte de rendimento, as outras manifestações do Esporte: escolar e de participação.

Palavras-chave: Esporte. Estado. Legislação Esportiva.

PIMENTEL, Écliton dos Santos. MEZZADRI, Fernando Marinho [orient.]. **The concept of sport inside the Brazilian sports legislation: from 1941 to 1998.** Curitiba, 2007, 214 pages. Dissertation (Master degree in Physical Education). Department of Physical Education, Federal University of Parana, Curitiba, 2007.

### **ABSTRACT**

In the last few decades the characteristic of spectacle of the Sport became, through marketing and sponsorship and a larger presence of the media, a new paradigm, attracting the interest from the State, and from individuals inserted in society, increasing the divergence of interests in the dispute for the management of the structure of sports in Brazil. In spite of its previous existence, when in the 40's it was already inserted in the practices of sport clubs, the State, by the Law-decree number 3199 from 1941, starts to directly interfere in many sports manifestations, centralizing the sports system trying to implement some of the values adopted by the Estado Novo(New State). Since this time the relations between society and State have suffered changes and have become more complex, the interrelation between State and society is visible, and the Sport an important element, because through its characteristics and changes it becomes possible to understand the characteristics and changes of society and its relations with the State. The sports legislation, in this context, may be used as a reading instrument for the State/society relation through sport. Have the merchandizing and spectacularization of the Sport always been present, especially in the legislation, or its concept has suffered modifications inside society, in the State's optics and, consequently, in sports legislation in the continuation of historical periods? Therefore, this study performs an analysis of the conception of Sport, from the law-decree number 3199 from 1941, passing by law number 6251 from 1975 and he decree number 80228 from 1977; by the constitution from 1988; by the law number 8672 from 1993 (Lei Zico); to finally, come to law number 9615 from 1998 (Lei Pelé). Even though the Sport had already been inserted in the social context and in the practice of sports clubs before the 40s, as well as the existence of sports laws posterior to the Lei Pelé (Pelé's Law) (1998); the Statute of the Sport (2001) and the Statute of the Sports fan (2003), the approach is directed to the period from 1941 to 1998. With this objective, the study performs some brief considerations on some economic and political characteristics of each period, to then, relate the sports legislation to that context, abstracting, from the legislation, some conceptions and values associated to Sport. The study also observes whether the State, through the sports legislations of certain periods, is worried about the sport as a factor of social promotion, as a factor of educational development or as a factor of performance. The methodological procedure used was the documental analysis, that is, the analysis of the concept of Sport inside the sports laws. We concluded that the change in the sports structure in Brazil, in direction to a larger participation of individuals requires a set of factors such as a more active participation in the elaboration process of sports laws, approaching the individual interests to the requirements of Public Power and sectors of civil society, also contemplating, in the legislation, in a more equitable form the Sport of performance, to the other manifestations of sport: the scholastic and the participation manifestations.

Keywords: Sport, State, Sports Legislation

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b> .....	18
<b>CAPÍTULO II – REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	21
2.1 Elementos da Teoria de Norbert Elias: Configuração e Interdependência.....	21
2.2 Apontamentos sobre o Nacionalismo .....	32
2.3 Apontamentos sobre o Esporte e o Processo Civilizador .....	35
2.4 Apontamentos sobre a Democratização.....	37
2.5 Apontamentos sobre a Mercantilização e Espetacularização do Esporte .....	38
<b>CAPÍTULO III – O ESPORTE NO DECRETO-LEI Nº 3199 DE ABRIL DE 1941</b> ....	41
3.1 Comentários sobre o Início do Esporte no Brasil e o advento do Decreto-Lei nº 3199/41 .....	41
3.2 Aspectos Sociais e Políticos que Permearam o Surgimento do Estado Novo ....	47
3.3 O Estado Novo, o Esporte e o Decreto-Lei 3199/41 .....	58
<b>CAPÍTULO IV - O ESPORTE DURANTE O REGIME MILITAR: A LEI Nº 6251/75 E O DECRETO-LEI Nº 80228/77</b> .....	70
4.1 O Regime Militar e o Esporte no Período: Contextualização.....	70
4.2 O Esporte na Lei Federal Nº 6251/75 e no Decreto-Lei Nº 80228/77 .....	82
<b>CAPÍTULO V - O ESPORTE E A CONSTITUIÇÃO DE 1988</b> .....	92
5.1 Constituição: Noções Introdutórias.....	92
5.2 Contextualização do Esporte no Período Referente à Constituição de 1988 .....	95
5.3 Considerações sobre o Esporte na Constituição de 1988.....	103

<b>CAPÍTULO VI - O ESPORTE E AS LEIS PROMULGADAS APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988: A LEI ZICO E A LEI PELÉ.....</b>	<b>121</b>
6.1 Breve Contextualização do Período Referente à Promulgação da Lei Zico e da Lei Pelé .....	121
6.2 Uma Nova Perspectiva No Esporte: os processos de mercantilização e espetacularização .....	125
6.3 O Esporte na Lei Nº 8.672 de 06 de Julho de 1993 – A Lei Zico .....	137
6.4. O Esporte na Lei Nº 9.615 de 24 de Março de 1998 - A Lei Pelé .....	147
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>
<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXOS</b>	
ANEXO 1 - DECRETO-LEI Nº 3.199 DE 14 DE ABRIL DE 1941.....	174
ANEXO 2 - LEI Nº 6.251 DE 8 DE OUTUBRO DE 1975.....	181
ANEXO 3 - LEI Nº 8.672 DE 6 DE JULHO DE 1993 - LEI ZICO.....	188
ANEXO 4 - LEI Nº 9.615 DE 24 DE MARÇO DE 1998 - LEI PELÉ.....	200